



## Empresas-fantasma passam 260 milhões em faturas falsas a rede do ouro

Alexandre Panda  
justica@jn.pt

**INVESTIGAÇÃO** Durante três anos, uma rede de empresários, contabilistas e testas de ferro usaram firmas-fantasma, que passaram mais de 260 milhões de euros de faturas falsas, para lucrar cerca de 70 milhões de euros em impostos que não entregaram ao Estado. São 20 pessoas e 30 empresas os arguidos neste esquema desmantelado pela Polícia Judiciária do Porto (PJ) e por inspetores da Autoridade Tributária (AT). Acabam de ser acusados de crimes de associação criminosa, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais.

O esquema envolveu a criação de uma multitude de empresas-fantasma que formaram um circuito

de faturação fictícia, montado por um contabilista da Maia, que faleceu entretanto, e que visava diminuir radicalmente o IRC e IVA que nove empresários da área da compra e venda de ouro deveriam declarar, ficando com esses valores. Esses nove empresários, de Santa Maria da Feira, Maia, Gaia, Penafiel, Gondomar e Porto, tinham robustas infraestruturas comerciais e meios humanos ao seu serviço e a sua necessidade de comprar ouro usado era permanente.

### ILUDIR O FISCO

De acordo com a acusação elaborada pelo Ministério Público, estes "pesos-pesados" delinearam um plano para simular transações através de faturação fictícia e empolarem os custos do funcionamento das empresas, também

com recibos que não correspondiam a negócios reais. A ideia seria enriquecer à custa dos impostos, criando uma rede de faturação cruzada que tornaria mais difícil a deteção da fraude pelo Fisco.

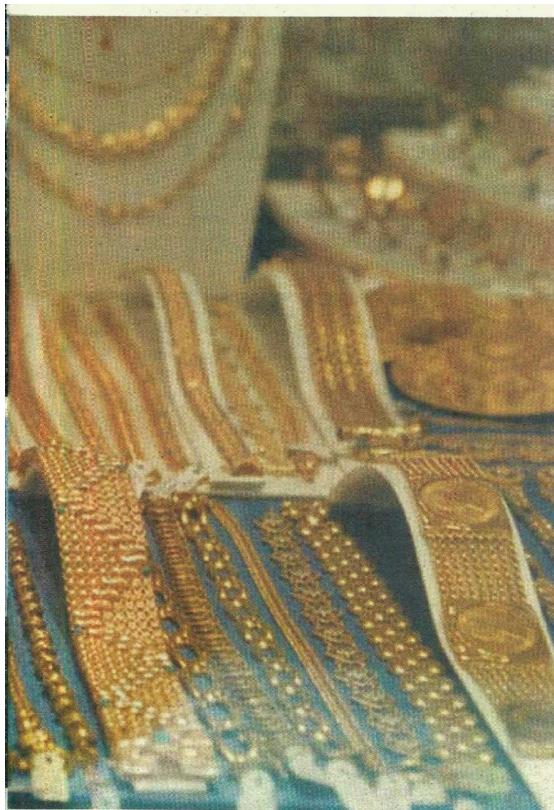
Foi aí que o Técnico Oficial de Contas da Maia, mais tarde auxiliado por dois outros contabilistas, entrou em cena, criando perto de duas dezenas de empresas, usando outros tantos testas de ferro. Eram geralmente pessoas a passar por dificuldades económicas, que aceitavam constar dos registos como gestores, a troco de duas ou três centenas de euros. Destas, 14 nem sequer foram constituídas arguidas, pois o Ministério Público considerou que nada sabiam da atividade ilegal das firmas. Eram "homens e mulheres de palha".

Uma das empresas criadas, a

### PATRIMÓNIO

#### Arresto de fortunas em bens e dinheiro a cinco arguidos

A Polícia Judiciária detetou lucros ilícitos de cerca de 639 393 mil euros e, para tentar garantir que o Estado recebe o que lhe é devido o Ministério pediu o arresto preventivo de bens nesse valor aos arguidos M. Costa, M. Pinto, A. Sousa, A. Gomes e C. Guimarães. Na investigação, a PJ atribuiu ainda aos arguidos muitas centenas de milhar de euros de património que não está justificado pelos seus rendimentos lícitos e fiscalmente comprovados.



**Esquema milionário foi criado por contabilista entretanto falecido, que recebia entre 100 e 150 euros por cada quilo de ouro declarado**

**Estado foi lesado em 70 milhões de euros de impostos não cobrados escondidos por transações fictícias**

“Singela Equação”, com sede em S. João da Madeira, tinha como gerente um indivíduo morador na Maia e que não declarara quaisquer rendimentos ao Fisco entre 2014 e 2017. No entanto, a firma que supostamente liderava passou mais de 20 milhões de euros em faturas de compra e venda de ouro.

Na realidade, a “Singela Equação” tinha sido montada pelo contabilista, não tinha funcionários nem imóveis e o saldo da conta bancária que lhe estava associada era de 250 euros, aquando da criação. O dinheiro acabaria por ser levantado numa caixa multibanco do Porto, poucos dias depois.

Os inspetores da Polícia Judiciária e das Finanças, que têm apostado cada vez mais em investigações para detetar fraudes milionárias,

descobriram que a sede da empresa era no Centro Comercial Castilho, em S. João da Madeira, onde não havia qualquer negócio. Nem sequer tinha contrato de fornecimento de água ou eletricidade.

#### **VENDAS NÃO DECLARADAS**

Outra variante do esquema passou pela emissão de faturas falsas por parte de intermediários que não queriam declarar as vendas à AT.

Nesta situação, o Ministério Público acusou os gerentes e a empresa OFM, do Porto. Essa firma compraria ouro a intermediários da região que não queriam “aparecer nas contas” e arranjavam faturação fictícia. Para as autoridades, esses empresários compravam ouro a um preço abaixo do do mercado, em circuitos paralelos nos quais não podia haver faturação. ●